



Banco Central reduz juros básicos para 14,75% ao ano

Agricultores com perda de produção começam a receber o Garantia-Safra

Página 8

Petrobras suspendeu leilão de combustíveis para reavaliar estoques

Página 3

Caixa começa a pagar Bolsa Família de março

A Caixa Econômica Federal começa a pagar a parcela de março do Bolsa Família. Recebem os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 1. Ao todo cerca de 18,7 milhões de famílias receberão o benefício neste mês.

Os beneficiários de nove estados receberão o crédito nesta quinta, independentemente do número final do NIS. O pagamento unificado beneficia localidades em situação de emergência ou em estado de calamidade pública nos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600. Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Além do benefício integral, cerca de 2 milhões de famílias estão na regra de proteção em março. Em vigor desde junho de 2023, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorarem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo.

Desde junho do ano passado, o tempo de permanência na regra de proteção foi reduzido de dois para um ano. No entanto, quem entrou na regra até maio de 2025 continua a receber metade do benefício por dois anos.

Desde 2024, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes). (Agência Brasil)

Governo quer barrar empresas que descumprirem tabela de frete mínimo



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Página 3

Governo propõe que estados zerem ICMS do diesel importado

Página 3

Fazenda tira de projeto de lei proposta para socorrer bancos em crise

Página 6

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 5,20	Compra: 5,23
Venda: 5,20	Venda: 5,41
EURO	
Compra: 5,99	
Venda: 5,99	

Esporte

Brasil chega ao Mundial Indoor de Kujawy Pomorze com atletas no top 10 do ranking mundial

O Atletismo Brasil terá 19 atletas no Mundial Indoor de Kujawy Pomorze (Polônia), que será disputado de 20 a 22 de março. Destes, três chegam à competição entre os 10 melhores do ranking mundial da World Athletics. São eles: Elton Petronilho e Almir Júnior, do salto triplo, e Ana Azevedo, dos 60 metros.

Elton Petronilho (Pinheiros-SP) é o 6º do mundo, com a marca de 17,05 m, que lhe garantiu a medalha de ouro no Campeonato Sul-Americano Indoor, em Cochabamba (Bolívia), em 1º de março. Foi a primeira vez que o saltador de 24 anos superou a marca dos 17 metros.

Mineiro da cidade de Bom Sucesso, Elton foi revelado pelo Centro Regional de Iniciação ao Atletismo da Universi-

dade Federal de Lavras (Cria Lavras), idealizado pelo professor Fernando de Oliveira, falecido em 2019. Iniciou no salto em altura, prova que disputou até 2022, quando começou a migrar para o salto triplo, sob as orientações do treinador Kiyoshi Takahashi.

“Estou muito feliz em representar mais uma vez o Brasil em um Mundial Indoor. Só tenho a agradecer ao meu técnico Kiyoshi pelo trabalho que fizemos”, disse Elton, que em 2025 participou da edição de Nanjing (China) e terminou na 11ª posição. “Estou com altas expectativas para saltar bem, pois estou treinado, preparado e com muita vontade de pegar um pódio nesse Mundial.”

Também no salto triplo, o experiente Almir Júnior (Sogipa-RS), de 32 anos, tem a 8ª marca do ranking mundial – 17,02 m (0,0) –, obtida no I Circuito Paulista



Foto: Sebastião Lasqueria

Elton Petronilho expectativa de uma boa apresentação na Polônia

Open de Atletismo, em 7 de março. Almir é o atleta com o maior número de participações em Mundiais Indoor na delegação: disputará sua quarta edição.

Foi medalha de prata (17,41 m) no Mundial de Birmingham, em 2018. No Mundial Indoor de Nanjing-2025, na China, Almir saltou

17,22 m, o que lhe daria a medalha de bronze, mas foi desqualificado por uma regra referente ao calçado usado na competição. Ele também disputou a edição de Glasgow, na Escócia, em 2024, quando foi 10º colocado.

Na velocidade, o destaque é a Ana Carolina Azevedo (Pinhei-

ros-SP), que fez uma consistente temporada de competições nos 60 metros rasos. A atleta de 27 anos, treinada por Katsuhiko Nakaya, estabeleceu o recorde brasileiro e sul-americano da prova no dia 18 de fevereiro, na disputa do Circuito Performance Short Track, em São Paulo. A velocista correu 7,05 (0,0), resultado que a coloca como 8ª do mundo.

Ana também foi campeã do Campeonato Sul-Americano Indoor, em Cochabamba (Bolívia), com o tempo de 7,09. Essa será sua terceira participação em Mundiais Indoor. A brasileira esteve nas edições de Glasgow (2024) e Nanjing (2025), e busca pela primeira vez avançar à final.

As Loterias Caixa e a Caixa são patrocinadoras máster do Atletismo Brasil.

Raphael Reis disputa etapa de Sebring do IMSA



Foto: Rafael Ferreira

Raphael Reis

Nesta semana Raphael Reis disputa a etapa de Sebring do IMSA, a terceira do campeonato, em dupla com Celso Neto. O piloto brasileiro chega embalado após ótimo início no TCR Brasil, competição em que lidera após a disputa da primeira etapa.

Em Sebring, Reis estará a bordo do Cupra Leon VZ TCR #77 preparado pela equipe Stallion Motorsports e terá o desafio de se adaptar a compostos de pneus diferentes dos utilizados em seu Cupra no Brasil. Com 6.020 metros de extensão e 16 curvas o Sebring International Raceway traz grandes desafios para os pilotos

mesclando curvas de alta e baixa velocidade.

O piloto brasileiro já competiu em 2026 pelo IMSA em Daytona, na sequência disputou o certame brasileiro do TCR e agora retorna aos Estados Unidos para mais um jornada internacional.

Veterano de duas edições do FIA Motorsport Games na categoria turismo, com direito a vice-campeonato em Valencia há dois anos, o brasileiro terminou todas as temporadas do TCR South America e do TCR Brasil Banco BRB entre os destaques do campeonato. No certame brasileiro, Reis foi duas vezes terceiro colocado (em

2023 e 2024) e lidera a temporada 2026.

A presença do piloto em destaque nos eventos de TCR mantém Reis entre os destaques do ranking mundial TCR World Ranking, lista com mais de 480 pilotos que considera o desempenho de todos os competidores do conceito TCR ao redor do mundo. Raphael hoje ocupa a 46ª posição no ranking e teve como lugar mais alto o 13º posto.

A etapa de Sebring do IMSA será disputada nos dias 18, 19 e 20 de março e terá transmissão pelo Youtube da categoria e site oficial.

Govtmo avança com simplificação tributária do ICMS

O Govtmo de São Paulo anunciou o terceiro conjunto de mercadorias que passam a fazer parte do processo de eliminação do regime de substituição tributária (ST) do ICMS, a ser implementado a partir de julho.

Esta medida, publicada na quarta-feira (18) no Diário Oficial do Estado, alcançará outros 50 itens, incluindo telhas cerâmicas, água mineral, sorvetes e itens de papelaria. Com isso, o movimento passará a alcançar 33% dos produtos que antes eram submetidos à complexidade e onerosidade financeira do regime de substituição tributária, o que corresponde a mais de 25% da arrecadação advinda da modalidade.

A modalidade significa a cobrança do imposto no início da

cadeia de produção ou na importação, considerando na base de cálculo a estimativa do valor na venda final ao consumidor no mesmo estado. A eliminação gradual vem ocorrendo desde o ano passado.

No dia 13 de março, a Sefaz-SP publicou portaria que acelera a devolução dos créditos relativos aos estoques, reduzindo o prazo de 24 para 12 meses.

A reformulação da tributação do consumo no Brasil não prevê mais a aplicação da substituição tributária, ainda amplamente utilizada pelos Estados no ICMS. Neste sentido, a redução gradual e planejada dos produtos sujeitos à ST também representa um movimento convergente e estratégico de preparação para o futuro.



A modalidade significa a cobrança do imposto no início da cadeia de produção ou na importação

Com essa iniciativa, São Paulo reforça seu protagonismo na construção de um ambiente de negócios moderno, competitivo e alinhado às transformações contemporâneas, entregando a revisão e redução da utilização da substituição tributária.

Um Estado mais eficiente, transparente e competitivo é expresso no plano "São Paulo na Direção Certa". Entre as entregas já realizadas destacam-se a modernização do contencioso (via Resolva Já e Acordo Paulista), as inovações tecnológicas que facilitam a vida do cidadão (como o Pix IPVA) e a progressiva eliminação de obrigações acessórias que oneram os empreendedores. (Govtmo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Conforme antecipamos [ainda no começo de 2025], o vereador André Santos (Republicanos) é candidato à Câmara Deputados. Ele vai dobrar com a deputada na ALESP Edna Macedo (Republicanos), irmã do Edir (IURD e tv Record)

PREFEITURA (São Paulo)
Acima do que vai rolar nestas eleições gerais, nas quais parte do seu Secretariado será candidato(a) pra ALESP, Câmara Deputados, surge o nome do Secretário (Govtmo) Edson Aparecido com um dos cotados pra prefeito (MDB) 2028

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Ex-vereadora na capital, ex-deputada federal SP e atual senadora SP (PSD), a cadeirante Mara Gabrilli pode puxar pelo menos 4 candidaturas que seriam suplentes nas eleições 2026. Kassab acha que ela pode beirar 1 milhão de votos

GOVERNO (São Paulo)
O católico Tarcísio Freitas (Republicanos) leva muita fê que pode conseguir fazer com que o ministro Alexandre Moraes (Supremo) conceda [com alguns colegas que já acenaram] a prisão domiciliar [comunitária] ao ex-presidente Bolsonaro

CONGRESSO (Brasil)
Leila Pereira (dona da Crefisa e atual presidente do Palmeiras) teve o torcedor do Santos - ministro no Supremo Gilmar Mendes - dando "cartão verde" pra que ela não comparecesse à CPMI (do INSS) e que não seja levada na marra

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Ex-deputado federal (SP) e '1º ministro' no 1º govto do Lula (dono do PT), José Dirceu deve ter destaque na propaganda eleitoral do PT pela sua eleição 2026 ao cargo no qual foi cassado [com o Jefferson PTB pelo mensalão] em 2005

PARTIDOS (Brasil)
Cada vez mais poderoso, a deputada federal (SP) Renata Abreu (dona do Podemos) vai trazendo gente que promete estourar nas eleições. Agora foi a vez do técnico Luxemburgo, que está candidato ao Senado pelo time do Estado do Tocantins

JUSTIÇAS (Brasil)
Aos 58 anos [apresentando aos 75], o ministro Dias Toffoli [indicado por Lula - PT] segue afirmando que não sairá "de licença" e muito menos renunciará [nem ser cassado pelo Senado] ao cargo por conta do caso Vercor e banco Master

ANO 34
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

APALAVRA - "E servireis ao Senhor, vosso Deus, e ele abençoará o vosso pão e a vossa água; e eu tirarei do meio de ti as enfermidades" Exodo 23:25

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar - Bela Vista - SP Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822 Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50

CEP: 01332-030 Filial: Curitiba / PR

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC Govtmo de São Paulo Notícias Agrícolas Prefeitura de São Paulo Folhapress

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

Passageiros surdos terão atendimento em Libras por videochamada no Metrô de SP

Os passageiros surdos que utilizam o Metrô de São Paulo passarão a contar, a partir desta quarta-feira (18), com um novo recurso de acessibilidade para facilitar o atendimento nas estações: videochamadas ao vivo, gratuitas, com intérpretes do programa São Paulo São Libras, do Govtmo de São Paulo, lançado em 2023 que garante a pessoas surdas autonomia e tranquilidade em serviços públicos estaduais. A iniciativa é uma parceria entre o Metrô de São Paulo e a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD).

Nesta primeira fase, o atendimento vai estar disponível nas linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata do Monotrilho, em um total de 63 estações que transportam diariamente cerca de 3,2 milhões de passageiros. Até o final de março, o serviço deve ser expandido para as estações da futura Linha 17-Ouro.

Com a novidade, quando um passageiro surdo precisar de informações ou atendimento nas estações, será possível acionar o sistema por meio de QR Codes afixados nas estações, próximos a SSO ou linha de bloqueios, e iniciar uma chamada com um intérprete de Libras. O profissional fará a mediação da comunicação entre o passageiro e o funcionário do Metrô, traduzindo a conversa entre Libras e português em tempo real.

"É um marco histórico no estado de São Paulo, que revoluciona a rotina das pessoas surdas, permitindo a comunicação direta em Libras. Consiste numa iniciativa que não apenas abre portas para a comunidade surda, mas também representa um avanço significativo na busca por uma sociedade mais inclusiva, onde todos tenham igualdade de acesso aos serviços públicos. A tecnologia é uma aliada para criarmos mudanças reais e positivas na vida das pessoas", destaca o secretário Marcos da Costa.

Passageiros do Metrô desta-

caram que a iniciativa representa um avanço de cidadania. "Nós, surdos, sentimos uma autonomia e uma tranquilidade por este ganho em acessibilidade", opinou Erik Honorato Nunes, biólogo e professor de Libras. "Nos dá também mais segurança. Essa iniciativa é muito importante para conseguirmos informações, para saber onde vamos, para que lado, o que fazer quando perdemos alguma coisa. É só fazer a videochamada com o São Paulo São Libras e lá temos uma comunicação fácil."

"Desde pequeno, eu uso o metrô", relatou o professor de Libras Fábio de Sá e Silva. "As vezes, tenho que escrever no papel e mostrar para alguém onde quero ir. Com essa tecnologia, o Metrô se torna ainda mais acessível. Temos mais tranquilidade e autonomia para se locomover. A gente consegue acessar informações como qualquer ouvinte, de forma confortável e fácil."

São Paulo São Libras

Criado em 2023, o programa da SEDPCD já realizou mais de 21 mil atendimentos. Somente no ano passado, houve um aumento de 21,4% na utilização dos serviços. O São Paulo São Libras funciona como uma central de interpretação remota, permitindo que instituições públicas ofereçam atendimento acessível sem a necessidade de um intérprete presencial. Dessa forma, o programa contribui para tornar os serviços mais inclusivos e alinhados às políticas de acessibilidade do Govtmo do Estado de São Paulo.

"As ações do Govtmo de São Paulo são para que as pessoas com deficiência possam acessar todos os serviços públicos da mesma maneira que as pessoas sem deficiência sempre conseguiram", afirmou o coordenador do programa São Paulo São Libras, Edilson de Andrade. "A parceria com o Metrô é um ganho em autonomia muito grande,



Foto: Paulo Jacob/Govtmo de SP

Intérprete do Govtmo de SP fará a mediação da comunicação entre o passageiro e o funcionário do Metrô, traduzindo a conversa entre Libras e português em tempo real.

porque quando a gente fala sobre barreiras, a principal barreira que as pessoas surdas têm são as de ordem comunicacional. Então quando você dá autonomia, você retira essa barreira. Agora, a pessoa surda sabe que pode sair de casa, se locomover, usar o transporte público, e se ela precisar acessar algum colaborador para qualquer coisa, ela pode fazer isso com tranquilidade e segurança."

Há dois anos, logo após o lançamento do programa, a Secretaria de Segurança Pública aderiu ao São Paulo São Libras para implementar acessibilidade às 1,3 mil delegacias de polícia que possuem atendimento ao público. Em seguida, o recurso também passou a estar presente nos 17 Polos de Empregabilidade Inclusiva (PEIs) e nos 233 Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) em diferentes regiões, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Outro destaque foi a implantação do atendimento em Libras diretamente no aplicativo Poupa-

tempo, que oferece acesso a mais de mil serviços digitais. Com apenas alguns cliques, os usuários podem contar com a presença virtual dos Libras para auxiliá-los em demandas como a renovação de CNH, licenciamento de veículos, consulta de IPVA, verificação de débitos de veículos, informações sobre pontos na CNH, Carteira de Trabalho Digital, seguro-desemprego, atestado de antecedentes criminais, serviços municipais, entre outros.

O São Paulo São Libras ainda está disponível nos 21 Centros de Integração e Cidadania (CICs), nas Defensorias Públicas do estado e em serviços de saúde, como no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (InCor).

A Central funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, contando com cerca de cem intérpretes de Libras qualificados e experientes na interpretação simultânea entre Libras e português. (Govtmo de SP)

Govtmo sanciona lei que garante segurança a autoridades e familiares



Foto: Divulgação Govtmo de SP

A lei foi sancionada com veto parcial ao dispositivo que determinava que as despesas do serviço fossem custeadas exclusivamente pelas dotações das forças policiais

O governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sancionou na terça-feira (17) a

Lei Complementar 1439 que autoriza o Poder Executivo a assegurar a prestação de servi-

ços de escolta e segurança pessoal a autoridades e ex-autoridades do Estado, bem como a seus familiares, em razão do risco inerente às funções públicas exercidas. O projeto de lei é de iniciativa parlamentar.

A lei abrange o Governador, Vice-Governador, Presidente do Tribunal de Justiça, Procurador Geral de Justiça, Secretários de Estado da Segurança Pública e da Administração Penitenciária, além de dirigentes máximos das carreiras policiais do Estado.

A proteção também se estende aos ex-titulares desses cargos e aos familiares diretos de todas as autoridades mencionadas. Além disso, outras autoridades públicas que sofreram ameaças devi-

do à função pública relacionada à segurança pública poderão requerer a prestação de serviços de segurança pessoal e escolta.

A legislação define que a proteção será prestada durante todo o período em que os titulares estiverem no exercício do cargo ou função, e, para os ex-mandatários, até o período correspondente à duração natural do mandato do Govtmo subsequente.

A proposta foi sancionada com vetos aos trechos do texto que incumbiam às forças policiais a cobertura das despesas de segurança das autoridades, uma vez que a medida poderia interferir na autonomia administrativa e na gestão orçamentária do Poder Executivo. (Govtmo de SP)

Banco Central reduz juros básicos para 14,75% ao ano

Apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio, o Banco Central (BC) cortou os juros pela primeira vez em quase dois anos.

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,25 ponto percentual, para 14,75% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

Desde junho do ano passado, a Selic estava em 15% ao ano. A última vez em que o Copom tinha reduzido os juros tinha sido em maio de 2024, quando a Selic passou de 10,75% para 10,5% ao ano. Em setembro do mesmo ano, a taxa começou a ser elevada, até chegar aos 15% atuais.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em fevereiro, o IPCA acelerou para 0,7%, pressionado pelas mensalidades escolares. Mesmo com a alta, o in-

dicador ficou em 3,81% no acumulado de 12 meses, abaixo de 4% pela primeira vez desde maio de 2024.

Pelo novo sistema de meta contínua, em vigor desde janeiro deste ano, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

No modelo de meta contínua, a meta passa a ser apurada mês a mês, considerando a inflação acumulada em 12 meses. Em março de 2026, a inflação desde abril de 2025 é comparada com a meta e o intervalo de tolerância. Em abril de 2026, o procedimento se repete, com apuração a partir de maio de 2025. Dessa forma, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao índice fechado de dezembro de cada ano.

No último Relatório de Política Monetária, divulgado no fim

de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária diminuiu para 3,5% a previsão do IPCA para 2026, mas a estimativa será revista, por causa do comportamento do dólar e da inflação. A próxima edição do documento, que substituiu o antigo Relatório de Inflação, será divulgada no fim de março.

As previsões do mercado estão menos otimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 4,1%, abaixo do teto da meta. Há um mês, antes do início da guerra no Oriente Médio, as estimativas do mercado estavam em 3,95%.

Crédito menos caro

A redução da taxa Selic impulsiona a economia. Isso porque juros mais baixos barateiam o crédito e estimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas menores dificultam o controle da inflação. No último Relatório de Política Monetária, o

Banco Central manteve em 1,6% a previsão de crescimento da economia em 2026.

O mercado projeta crescimento um pouco melhor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 1,83% do PIB em 2026.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir. (Agência Brasil)

Govto quer barrar empresas que descumprirem tabela de frete mínimo

As empresas que descumprirem a tabela mínima de frete poderão ser impedidas de contratar novos serviços no país, disse na quarta-feira (18) o ministro dos Transportes, Renan Filho.

A medida faz parte de um pacote para ampliar a fiscalização e garantir o cumprimento do piso do frete rodoviário. O anúncio ocorre em meio à ameaça de paralisação de caminhoneiros após as altas recentes do diesel com o início da guerra no Oriente Médio.

Segundo o ministro, o governo pretende adotar instrumentos jurídicos para aumentar a capacidade de fiscalização e punição no setor, inclusive com o monitoramento eletrônico dos fretes. A proposta prevê suspensão cautelar do direito de contratar fretes para empresas que reincidirem no descumprimento da regra.

Em casos mais graves, pode haver até o cancelamento do registro para operar no transporte de cargas.

“A principal correção é que nós vamos, por meio de instrumento jurídico adequado, aumentar a capacidade de enforcement [reforço] do ambiente regulatório. A empresa que não cumpre a tabela vai poder ser impedida de contratar frete”, disse Renan Filho.

Descumprimento

De acordo com o ministro, há indícios de descumprimento generalizado da tabela de frete no país, o que tem afetado a renda dos caminhoneiros e a concorrência no setor.

Levantamentos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) indicam que

cerca de 20% das fiscalizações resultaram em autuações.

Entre as empresas com maior número de infrações estão grandes companhias de diferentes setores da economia, o que, segundo o governo, reforça a necessidade de endurecer as regras.

Fiscalização ampliada

O governo pretende ampliar o monitoramento eletrônico dos fretes em todo o país, além de reforçar as ações presenciais. A estratégia busca impedir que multas sejam tratadas apenas como custo operacional pelas empresas.

A proposta também prevê responsabilização não só de transportadoras, mas também de embarcadores e até controladores em casos de irregularidades recorrentes.

As medidas são discutidas em meio à insatisfação de caminhoneiros, que reclamam da alta do diesel e da falta de cumprimento da tabela mínima de frete.

O governo mantém diálogo com lideranças da categoria e tenta evitar uma nova greve, como a registrada em 2018.

Regra vigente

A tabela do frete foi criada em 2018, durante o governo do ex-presidente Michel Temer, e prevê reajustes automáticos sempre que o preço do diesel varia mais de 5%.

Apesar das atualizações recentes feitas pela ANTT, o governo avalia que o modelo atual ainda tem baixa efetividade e precisa de ajustes para garantir remuneração adequada aos transportadores. (Agência Brasil)

Govto propõe que estados zerem ICMS do diesel importado

A União propôs que estados e o Distrito Federal zerem temporariamente o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a importação de diesel para conter a alta dos preços dos combustíveis. Em contrapartida, a União se compromete a compensar 50% da perda de arrecadação.

A medida foi apresentada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, durante reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), na quarta-feira (18).

Órgão que reúne os secretários estaduais de Fazenda, o Confaz teve um encontro virtual para discutir medidas para conter a alta do diesel após o início da guerra no Oriente Médio.

Segundo a equipe econômica, a zeragem do imposto pode gerar renúncia de cerca de R\$ 3 bilhões por mês para os estados. Desse total, R\$ 1,5 bilhão seria coberto pelo governo federal.

A proposta prevê que a medida tenha caráter temporário, com validade até 31 de maio. O impacto total pode chegar a R\$ 6 bilhões no período, sendo metade de arcada pela União.

A iniciativa ocorre em meio à disparada dos preços do petróleo no mercado internacional, impulsionada pela guerra envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã. O aumento tem pressionado os custos do diesel no Brasil, que depende de importações para cerca de 30% do consumo.

Segundo Durigan, o preço do diesel importado tem se descolado do valor praticado no mercado interno, o que pode comprometer o abastecimento.

A decisão final depende dos governadores e deve ser discutida até o próximo dia 27, quando o Confaz realiza reunião presencial em São Paulo. A proposta surge após resistência inicial de estados a cortes de ICMS sem compensação financeira. O governo federal afirmou

que não pretende impor a medida, como ocorreu em 2022, quando o governo anterior reduziu o ICMS dos combustíveis e deixou para o atual governo compensar, em 2023, os prejuízos dos estados. O número dois da Fazenda destacou a importância do diálogo federativo.

“A nossa orientação é fazer isso, caso os estados concordem, porque isso é muito importante para garantir o abastecimento, para discutir essa oferta forte e firme de diesel no País”, declarou o secretário-executivo da Fazenda.

“Esses são os melhores esforços que a gente pode fazer dentro da linha que eu dei: responsabilidade fiscal, responsabilidade com a população, responsabilidade regulatória.”

A proposta complementa ações já anunciadas pelo governo, como a redução de tributos federais, como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o die-

sel e subsídios à produção interna.

Além disso, foi aprovado um acordo entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e 21 estados para compartilhamento em tempo real de notas fiscais de combustíveis, com o objetivo de reforçar a fiscalização e coibir abusos de preços.

Segundo Durigan, seis estados – Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e São Paulo – pediram mais tempo para avaliar o acordo com a ANP.

O tema ganha urgência diante da possibilidade de uma paralisação nacional de caminhoneiros, em meio à alta do diesel. O governo tenta evitar impactos no abastecimento e na inflação, cenário semelhante ao observado na greve de 2018.

A equipe econômica afirma que as medidas buscam equilibrar responsabilidade fiscal com a necessidade de proteger consumidores e garantir oferta de combustível no país. (Agência Brasil)

Petrobras suspende leilão de combustíveis para reavaliar estoques

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse na quarta-feira (18) que a suspensão do leilão de diesel e gasolina que seria nesta semana está diretamente ligada à necessidade de reavaliar estoques. O mercado internacional de petróleo e derivados vive um cenário de incertezas por causa do conflito no Oriente Médio.

Segundo Chambriard, a decisão foi tomada após a empresa antecipar entregas de combustíveis e identificar risco de desequilíbrio no abastecimento.

“Nós suspendemos o leilão, primeiro, porque há necessidade de reavaliar a todo momento o estoque disponível para que não entreguemos tudo em um dia e falte no dia seguinte”, disse Magda.

“Nós adiantamos entre 10% e 15% das nossas entregas de combustíveis. Mas as condições não permitiam mais que fizéssemos isso, sob risco de penalizar novamente a sociedade, que a gente procura resguardar das ansiedades e da volatilidade do mercado internacional”, complementou.

Na semana passada, a Petrobras anunciou o aumento de R\$ 0,38 no litro do diesel A, vendido por suas refinarias para as distribuidoras, que executam a mistura obrigatória com biodiesel e enviam o combustível aos postos de venda.

A presidente da estatal participou nesta quarta-feira de uma cerimônia no Rio de Janeiro em que foi firmado acordo para garantir a sede do futuro Museu do Petróleo e Novas Energias,

que será no antigo prédio do Automóvel Club do Brasil, no centro da cidade.

No evento, Magda Chambriard também confirmou ter havido problemas com embarcações que deveriam ter atracado no país com derivados de petróleo. Segundo ela, a Petrobras monitorou seis navios de terceiros que estavam a caminho do Brasil, chegaram perto de portos brasileiros e tiveram seus destinos desviados.

“Não podemos garantir que tenham sido desviados em função de melhores oportunidades de venda em algum lugar do mundo. Isso não nos compete. O que nos compete é que todos os nossos compromissos assumidos estão sendo entregues regularmente”, disse Magda.

A decisão ocorre em meio à escalada de tensões no Oriente Médio, especialmente na região do Estreito de Ormuz, por onde passa uma parcela significativa do petróleo mundial. Segundo a presidente, o conflito — inicialmente visto como breve — passou a ter duração incerta, com impactos diretos sobre oferta, logística e preços.

Magda Chambriard afirmou que a interrupção de fluxos e o aumento dos custos de transporte e seguro elevaram a volatilidade no mercado global de combustíveis. O cenário torna mais difícil o planejamento.

“É muito difícil prever o futuro. O que precisamos fazer é nos preparar da melhor maneira para enfrentar este desafio. Estamos reavaliando sempre o cenário para saber o que precisa

ser feito, como evitar essa volatilidade que impacta a sociedade. E, ao mesmo tempo, honrar o investimento dos acionistas, sejam eles estatais ou privados”.

Chambriard ressaltou que o Brasil ainda depende de importações para cerca de 30% do diesel consumido, o que aumenta a vulnerabilidade em momentos de crise global. Parte desse volume é trazida por agentes privados, cuja atuação pode variar conforme condições de mercado.

“Por que isso acontece? Porque o Estado brasileiro, em um determinado momento, decidiu que a Petrobras não ficaria sozinha nesse mercado. Decidiu, por exemplo, que nós tínhamos que vender a BR Distribuidora. Decidiu que a importação deveria ser mais forte. Uma série de decisões que funcionam em momento de estabilidade, mas, em momentos de crise, exacerbam suas fraquezas”, disse a presidente.

Pela segunda vez, desde junho de 2025, Israel e os Estados Unidos lançaram ataques contra o Irã em meio às negociações sobre o programa nuclear e balístico do país persa.

A ofensiva mais recente teve início em 28 de fevereiro, quando EUA e Israel bombardearam a capital, Teerã. O líder supremo do país, aiatolá Ali Khamenei, morreu neste ataque, além de outras autoridades. O filho do aiatolá, Mojtaba Khamenei, foi escolhido novo líder do país.

O Irã, por sua vez, disparou mísseis contra países árabes do

Golfo com presença militar dos Estados Unidos, como Kuwait, Catar, Emirados Árabes Unidos e Jordânia.

Os países envolvidos no conflito estão entre os maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo, e parte importante dessa produção passa pelo Estreito de Ormuz, que foi bloqueado pelo Irã.

As incertezas sobre a oferta fizeram disparar o preço dos combustíveis no mercado internacional, e o petróleo já superou os US\$ 100 o barril.

Para conter a alta do combustível, o governo federal anunciou a suspensão das alíquotas do PIS e da Cofins sobre a importação e comercialização do diesel.

De acordo com cálculos do Ministério da Fazenda, a suspensão dos impostos federais representa alívio de R\$ 0,32 por litro no preço do diesel. Além disso, o governo assinou medida provisória (MP) com subvenção ao diesel para produtores e importadores.

O governo federal também propôs nesta quarta-feira que estados e o Distrito Federal zerem temporariamente o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a importação de diesel. Em contrapartida, a União se compromete a compensar 50% da perda de arrecadação.

A medida foi apresentada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, durante reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). (Agência Brasil)

Transpetro fará transporte marítimo para empresas de fora da Petrobras

A Transpetro, subsidiária de logística da Petrobras, anunciou na quarta-feira (18) que passará a fazer serviços de transporte marítimo para empresas de fora do chamado sistema Petrobras.

A companhia, que realiza para a Petrobras o deslocamento de combustíveis em navios e por meio de oleodutos, fechou, pela primeira vez, contratos com duas empresas para o transporte marítimo, a Trafirga e a Ipiranga.

A Transpetro informou ainda que a abertura de leque de clientes de navegação é estratégica.

“A nova frente de negócios amplia o portfólio de serviços da companhia, incluindo o afastamento de embarcações estrangeiras para atuar na cabotagem (na costa brasileira) e no longo curso (trajetos internacionais)”, diz nota da empresa.

A subsidiária explicou que a decisão de ingressar no novo segmento leva em conta a expansão do transporte aquaviário no país, a maior procura por afretamento de embarcações estrangeiras, devido à baixa disponibilidade de navios de bandeira brasileira, e o aumento da produção de petróleo no país.

A Transpetro cita que, de janeiro a novembro de 2025, a movimentação de petróleo e derivados nos portos brasileiros alcançou cerca de 203 milhões de toneladas, segundo levanta-

mento do Ministério de Portos e Aeroportos.

Além da navegação, a Transpetro vai oferecer a futuros clientes serviços como vetting (avaliação técnica e operacional para verificação de padrões de segurança em navios); fitting (chegagem e adequação das embarcações às exigências específicas de cada terminal); suporte regulatório; monitoramento operacional e emissão de documentos de transporte.

De acordo com o diretor financeiro da Transpetro, Danilo Silva, a empresa passa a oferecer ao mercado a oportunidade de viabilizar operações com embarcações estrangeiras quando não houver disponibilidade de navios com bandeira brasileira.

“A ampliação da atuação está em linha com nossos objetivos estratégicos de buscar mais clientes e elevar o faturamento”, disse em nota.

A companhia já oferecia outros serviços de logística para clientes, como distribuidoras, indústria petroquímica e demais empresas do setor de óleo e gás. São mais de 130 clientes na carteira.

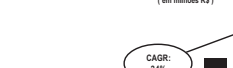
A Transpetro é a maior companhia de logística multimodal de petróleo, derivados e biocombustíveis da América Latina e opera uma frota de 33 navios, 46 terminais (25 aquaviários e 21 terrestres) e cerca de 8,5 mil quilômetros de dutos. (Agência Brasil)



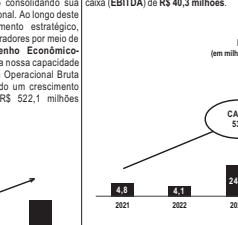
Mensagem da Administração 2025

A Engbrás Engenharia encerra o exercício de 2025 consolidando sua trajetória de crescimento sustentável e eficiência operacional. Ao longo deste ano, superamos novos marcos em nosso planejamento estratégico, entregando valor aos nossos acionistas, clientes e colaboradores por meio de relações confiáveis e excelência técnica. **Desempenho Econômico-Financeiro:** O ano de 2025 foi marcado pela expansão da nossa capacidade produtiva e pelo rigoroso controle de custos. A Receita Operacional Líquida consolidada alcançou **R\$ 587,1 milhões**, representando um crescimento sólido de aproximadamente 12% em relação aos R\$ 522,1 milhões registrados em 2024.

Recita Operacional Bruta (em milhões R\$)

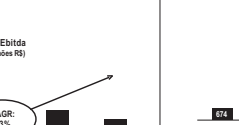


Mantivemos a robustez da nossa performance operacional, com uma geração de caixa (EBITDA) de **R\$ 40,3 milhões**.



Um dos grandes destaques do ano foi a redução significativa das despesas financeiras líquidas, que passaram de R\$ 12,3 milhões em 2024 para R\$ 7,7 milhões em 2025. Essa melhoria de 41% na eficiência financeira foi fundamentada por um fortalecimento do nosso caixa e permissão que o Resultado Antes dos Impostos apresentasse um salto expressivo de 37% comparado ao exercício anterior. Além disso, mantivemos a nossa estrutura de custos, com a redução de despesas pessoais permanente no centro de nossos estratagemas, **expansimos a assistência médica para 100% dos colaboradores**. Crescemos nossa equipe para atender à crescente demanda de projetos, atualmente com mais de 2.800 colaboradores.

Engbrás Engenharia S.A.



Engbrás Engenharia S.A.

A excelência da Engbrás foi reconhecida pelo mercado com prêmios de prestígio, incluindo o selo de Engbrás de Valor, pelo Valor Econômico, e a presença no ranking **Lugares + Investir**, do Estado. Reforçamos nossa posição com um excelente lugar para trabalhar, focando no desenvolvimento profissional e em um ambiente de integridade e transparência. **Compromisso com o Impacto Social e ESG:** Engbrás acredita que o que é engbrás é também o que é engbrás. Portanto, buscamos ser referência em ESG e nos comprometemos com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da ONU. Em 2025, trabalhamos com a mão de obra local em nossos projetos, fortalecemos economias regionais através de compras estratégicas. Um marco deste exercício foi a consolidação dos nossos valores: **“Mulheres nas Obras**, que alcançou a meta de 10% de participação feminina no trabalho – superando a média setorial – com a contratação de 211 profissionais e o encerramento de mais de 200 horas de capacitação técnica. Nossa agenda de pessoas e relações com as comunidades baseou-se na escuta ativa, refletindo-se em ações que transformaram os muros das Engbrás. **Qualificação e Perspectivas:** Mantivemos a solidez da nossa carteira, com um **Backlog** em ordem de **R\$ 2,2 bilhões**, concentrado principalmente em setores de infraestrutura crítica como urbanização, saneamento e mobilidade urbana. Para

Engbrás Engenharia S.A.

2025, nossa diretriz estratégica segue focada na inovação contínua e na expansão para a iniciativa privada, garantindo o equilíbrio do fluxo de caixa e a geração de impacto positivo na sociedade.

Encerramento e Agradecimentos

Concluímos o exercício de 2025 com a certeza de que a Engbrás não apenas entregou obras de infraestrutura, mas consolidou um legado de valor e confiança. Um ano de superação, marcado pelo recorde de receita de R\$ 587 milhões, pelas otimizações da nossa estrutura financeira, pelo reconhecimento do mercado por nossos esforços de todos que compõem o nosso ecossistema. Expressamos nossos agradecimentos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, parceiros e equipes. Agradecemos pela parceria ética e pelo alinhamento aos nossos padrões sociais e de conformidade, garantindo que cada projeto entregue seja um reflexo do nosso compromisso com a responsabilidade da Engbrás. Para 2026 a Engbrás consolidou sua solidez com perspectiva de superar os **R\$ 650 milhões em receita bruta**, resultado impulsionado pelas atividades operacionais e pelo equilíbrio financeiro. Reforçamos, acima de tudo, o compromisso com a excelência, com o impacto positivo nas comunidades onde estamos presentes, com o compromisso com a **qualidade e a segurança**, e a busca permanente por **inovação**. Perpetuando o legado de desenvolvimento sustentável e inovação, comprometidos com a excelência em todos os aspectos do negócio e com a entrega de projetos socialmente responsáveis que transformam a realidade social e educacional do nosso entorno.

Engbrás Engenharia S.A.

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Nota		Controladora		Consolidado	
Explicativa	2025	2024	2025	2024	2024
Receita operacional líquida	16	545.510	489.623	548.534	491.685
Custo dos serviços prestados		(498.399)	(441.562)	(500.649)	(438.736)
Lucro bruto		47.112	48.061	48.285	52.949
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais	17	(31.775)	(33.974)	(33.939)	(35.564)
Outros Resultados e despesas (liquidas)		(2)	188	748	555
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		15.335	14.275	15.094	17.980
Resultado financeiro	18	(7.237)	(12.235)	(7.236)	(12.288)
Resultado financeiro líquido		7.098	4.834	7.858	5.712
Resultado de equivalência patrimonial 10		(1.032)	2.794	-	-
Resultado antes dos impostos		6.066	4.834	7.858	5.712
Imposto de renda e contribuição social		(4.132)	(3.276)	(4.924)	(4.154)
Resultado do exercício		2.934	1.558	2.934	1.558

Demonstração do Resultado Abrangente

Nota		Controladora		Consolidado	
Explicativa	2025	2024	2025	2024	2024
Lucro do Período			2.934	1.558	
Outros Resultados Abrangentes					
Outros resultados abrangentes			2.934	1.558	

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Nota		Controladora		Consolidado	
Explicativa	2025	2024	2025	2024	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		2.934	1.558	2.934	1.558
Resultado da equivalência patrimonial		1.032	(2.794)	-	-
Depreciação		21.673	(33.629)	22.278	35.178
Resultado líquido		24.639	(25.278)	25.278	36.736

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

Nota		Controladora		Consolidado	
Explicativa	2025	2024	2025	2024	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	31.567	58.620	31.567	58.636
Contas a receber e outros recebíveis	8	242.892	198.112	241.796	199.351
Estoques		18.322	12.774	18.325	12.791
Adiantamentos		11.034	7.077	11.069	7.098
Impostos e contribuições a recuperar		9	1.617	2.791	1.618
Despesas antecipadas		1.617	2.791	1.618	2.791
Total do ativo circulante		306.971	281.017	305.519	282.310
Ativo não circulante					
Contas a receber e outros recebíveis	8	28.214	14.261	28.214	14.261
Total do realizável a longo prazo		28.214	14.261	28.214	14.261
Permanente					
Investimentos	10	2.332	3.364		
Imobilizado	11	15.954	58.633	43.735	61.877
Intangível	12	24.855	24.851	24.851	24.851
Total do ativo não circulante		65.142	86.868	68.590	86.768
Total do ativo		400.327	382.147	402.723	383.339

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

Capital	Reserva Legal		Reserva de Lucros		Resultado do exercício		Total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
2024	224.627	682	12.959	-	-	238.268	238.268
Integralização para aumento de capital 21/2024	3.400	-	-	-	3.400	3.400	3.400
Resultado do exercício	-	78	1.490	-	1.568	1.568	1.568
Transferência para reservas	-	78	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2024	228.027	760	14.439	-	243.226	243.226	243.226
Resultado do exercício	-	149	2.797	-	2.934	2.934	2.934
Transferência para reservas	-	149	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2025	228.027	907	17.227	-	246.161	246.161	246.161

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

1. Contexto Operacional: A Engbrás é uma sociedade anônima, constituída no dia 26 de julho de 2016, com sede localizada na Av. Engenheiro Luis Carlos Bernini, 1483, Edifício Bernini 1511, 6º andar, conjunhos 61 e 62, sala 03, Cidade dos Monjes, CEP 04571-111, São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou por terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada, incluindo, mas não se limitando, a obra de Barragens, Hidrelétricas, Usinas Nucleares, Obras Portuárias, Estradas, Rodovias, Túneis, Pontes, Obras de Estrada, (c) execução de estradas, (d) abastecimento de água, saneamento, drenagem e irrigação; (e) aluguel de equipamentos, comércio, representação de materiais para construção; (f) sinalização de vias em geral; (g) pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de agregados minerais, em todo o território nacional; (h) serviço de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (i) variação, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (j) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada, projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) execução de obras e serviços de engenharia elétrica, por conta própria ou por terceiros; (l) manutenção e montagem de instalações de plantas diversas, exceto óleo a gás; (m) prestação de serviços de operação, implantação, manutenção, assistência técnica e todos e quaisquer outros serviços complementares, auxiliares, conexos e/ou correlatos relacionados à distribuição de gás natural e de combustíveis em geral; (n) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de rede de gás de propriedade de terceiros; (o) importação e exportação de mercadorias, materiais e equipamentos, inclusive aplicativos a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (p) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra por conta própria ou por terceiros; (q) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou controlada, bem como em consórcios que tenham por objeto qualquer das atividades nos itens (a) a (p). A Companhia possui participação de 100% no capital da empresa denominada como atividade principal a locação de máquinas e equipamentos, trailers, caminhões, veículos automotivos em geral para terraplanagem, pavimentação, mineração e construção civil.

2. Base de Preparação: (a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (b) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (c) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (d) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (e) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (f) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (g) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (h) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (i) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (j) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (k) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (l) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (m) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (n) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (o) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (p) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (q) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (r) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (s) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (t) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (u) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (v) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (w) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (x) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (y) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (z) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (aa) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ab) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ac) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ad) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ae) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (af) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ag) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ah) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ai) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (aj) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ak) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (al) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (am) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (an) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ao) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ap) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (aq) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ar) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (as) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (at) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (au) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (av) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (aw) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ax) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ay) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (az) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ba) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bb) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bc) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bd) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (be) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bg) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bh) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bi) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bj) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bk) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bl) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bm) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bn) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bo) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bp) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bq) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (br) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bs) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bt) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bu) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bw) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bx) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (by) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (bz) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ca) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cb) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cc) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cd) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cg) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ch) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ci) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cj) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ck) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cl) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cm) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cn) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (co) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cp) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cq) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cr) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cs) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ct) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cu) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cw) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cx) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cy) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cz) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ca) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cb) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cc) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cd) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cg) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ch) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ci) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cj) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ck) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cl) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cm) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cn) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (co) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cp) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cq) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cr) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cs) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ct) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cu) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cw) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cx) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cy) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cz) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ca) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cb) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cc) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cd) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cg) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ch) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ci) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cj) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ck) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cl) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cm) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cn) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (co) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cp) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cq) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cr) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cs) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ct) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cu) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cw) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cx) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cy) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cz) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ca) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cb) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cc) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cd) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cg) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ch) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ci) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cj) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ck) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cl) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cm) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cn) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (co) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cp) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cq) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cr) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cs) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ct) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cu) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cw) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cx) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cy) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cz) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ca) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cb) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cc) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cd) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cg) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ch) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ci) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cj) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ck) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cl) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cm) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cn) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (co) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cp) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cq) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cr) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cs) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ct) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cu) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cw) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cx) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cy) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cz) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ca) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cb) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cc) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cd) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cg) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ch) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ci) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cj) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ck) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cl) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cm) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cn) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (co) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cp) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cq) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cr) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cs) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ct) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cu) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cw) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cx) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cy) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cz) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ca) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cb) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cc) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cd) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cg) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ch) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ci) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cj) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ck) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cl) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cm) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cn) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (co) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cp) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cq) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cr) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cs) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ct) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cu) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cw) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cx) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cy) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cz) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ca) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cb) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cc) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cd) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cg) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ch) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ci) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cj) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ck) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cl) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cm) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cn) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (co) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cp) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cq) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cr) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cs) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ct) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cu) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cw) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cx) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cy) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cz) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ca) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cb) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cc) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cd) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cg) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ch) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ci) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cj) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ck) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cl) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cm) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cn) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (co) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cp) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cq) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cr) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cs) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ct) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cu) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cv) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cw) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cx) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cy) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cz) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ca) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cb) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cc) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cd) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ce) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cf) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cg) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ch) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ci) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cj) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (ck) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cl) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cm) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); (cn) Declaração de conformidade (com

Santa Cruz Participações S/A

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23.02.2025. Data, Hora, Local. Mesa: Presidente Antonio Carlos Ferreira Rosa, Secretário Manoel Pereira da Silva...

Vitaeon 50 Desenvolvimento Imobiliário SPE S.A.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23.02.2025. Data, Hora, Local. Mesa: Presidente Antonio Carlos Ferreira Rosa, Secretário Manoel Pereira da Silva...

CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.

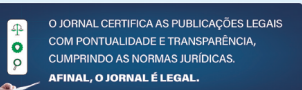
Encontrar-se a disposição dos senhores acionistas da CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A. em sua sede social localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Altamira do Paraná, 34, Jaqueira, CEP 05118-020...

EDITAL DE LICITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 105666-6/2024. Edital de Licitação para contratação de serviços de engenharia...

EDITAL DE LICITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 105666-6/2024

EDITAL DE LICITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 105666-6/2024. Edital de Licitação para contratação de serviços de engenharia...

EDITAL DE LICITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 105666-6/2024. Edital de Licitação para contratação de serviços de engenharia...



BRZ INFRA S.A.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23.02.2025. Data, Hora, Local. Mesa: Presidente Antonio Carlos Ferreira Rosa, Secretário Manoel Pereira da Silva...

BRZ INFRA S.A.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23.02.2025. Data, Hora, Local. Mesa: Presidente Antonio Carlos Ferreira Rosa, Secretário Manoel Pereira da Silva...

Table with columns: Ativo, Circulante, Não circulante, Total do ativo não circulante, Total do ativo. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber e outros recebíveis, Estoques, etc.

Table with columns: Passivo, Circulante, Não circulante, Total do passivo circulante, Total do passivo não circulante, Total do passivo. Rows include Fornecedores e outras contas a pagar, Provisões e encargos trabalhistas, etc.

Table with columns: Demónstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Rows include Receita operacional líquida, Lucro (prejuízo) bruto, Despesa financeira líquida, etc.

1 Contexto Operacional: A BRZ Infra S.A. é uma sociedade anônima, constituída no dia 19 de novembro de 2021, com sede localizada na Av. Engenheiro Luís Carlos Berinzi, 1493, Edifício Berinzi 1511, 6º andar, conjunção B-1, 62, sala 02, Cidade Monções, CEP 04571-011, São Paulo - SP...

2 Base de Preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)...

3 Modos Financeiros e Modos de Apresentação: Estas informações anuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Table with columns: País, Controladora, Participação. Rows include Brasil, Direto, 100,00%; Mach Infra S.A., Brasil, Direto, 100,00%.

Table with columns: Descrição, 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Pólo Fixado, Equip. de Campo, Computadores e Periféricos, etc.

Table with columns: Fluxo de caixa das atividades operacionais, Depreciação e amortização, Resultado da equivalência patrimonial. Rows include Depreciação e amortização, Resultado da equivalência patrimonial.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados e tendências podem divergir das estimativas e premissas...

5 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico. 6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes em suas aplicações são consistentes a todos os períodos apresentados nestas demonstrações anuais.

7 Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 3.180,59 milhões. 8 Contas a Receber e Outros Recebíveis: Contas a receber e outros recebíveis em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 6.801,16 milhões.

9 Ativos Circulantes: Ativos circulantes em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 30.476,83 milhões. 10 Ativos Não Circulantes: Ativos não circulantes em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 90.476,83 milhões.

11 Imobilizado: O imobilizado movimentou-se como o seguinte (consolidado): Descrição, 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Pólo Fixado, Equip. de Campo, Computadores e Periféricos, etc.

12 Empréstimos e Financiamentos: Empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 90.476,83 milhões. 13 Provisões para Contingências: Provisões para contingências em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 902,154 milhões.

14 Partes Relacionadas: Consolidado, Ativo, Passivo, Resultado. Rows include Contas a receber e outras contas a pagar e a receber, Contas a receber e outros recebíveis, etc.

15 Informações Adicionais: Informações adicionais sobre a Companhia e suas operações. 16 Instrumentos Financeiros: Instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 90.476,83 milhões.

17 Outras Informações: Outras informações relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. 18 Eventos Subsequentes: Eventos subsequentes ao balanço de 31 de dezembro de 2024.

19 Responsabilidades: Responsabilidades da administração e do conselho de administração. 20 Composição da Diretoria: Diretoria composta por Diretor Presidente e Diretores.

21 Responsabilidades dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas: Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

22 Informações Adicionais: Informações adicionais sobre a Companhia e suas operações. 23 Informações Adicionais: Informações adicionais sobre a Companhia e suas operações.

24 Informações Adicionais: Informações adicionais sobre a Companhia e suas operações. 25 Informações Adicionais: Informações adicionais sobre a Companhia e suas operações.

26 Informações Adicionais: Informações adicionais sobre a Companhia e suas operações. 27 Informações Adicionais: Informações adicionais sobre a Companhia e suas operações.

28 Informações Adicionais: Informações adicionais sobre a Companhia e suas operações. 29 Informações Adicionais: Informações adicionais sobre a Companhia e suas operações.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23.02.2025. Data, Hora, Local. Mesa: Presidente Antonio Carlos Ferreira Rosa, Secretário Manoel Pereira da Silva...

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23.02.2025. Data, Hora, Local. Mesa: Presidente Antonio Carlos Ferreira Rosa, Secretário Manoel Pereira da Silva...

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23.02.2025. Data, Hora, Local. Mesa: Presidente Antonio Carlos Ferreira Rosa, Secretário Manoel Pereira da Silva...

Fazenda tira de projeto de lei proposta para socorrer bancos em crise

A equipe econômica do governo federal concordou em retirar o projeto de lei que aprimora os mecanismos de intervenção no Banco Central (BC) em instituições financeiras em crise.

A mudança envolve a exclusão da possibilidade de uso de recursos públicos para socorrer instituições financeiras em crise. A medida enfrentava forte resistência entre parlamentares, inclusive do PT.

De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o texto agora está "maduro" e pode avançar no Congresso Nacional. Segundo ele, o governo decidiu cumprir esse trecho porque o projeto prevê outros mecanismos para lidar com situações extremas em bancos.

"Nós concordamos em suprimir esses dispositivos porque eles realmente não são necessários. Numa situação extrema conforme está previsto ali você tem outros mecanismos. Então nós concordamos e falamos com o líder do PT também, o líder do governo e acredito que há clima para prosperar", declarou Haddad na quarta-feira (18), após reunião com o presidente da Câmara, Hugo Motta.

A retirada do dispositivo marca uma inflexão na posição da equipe econômica, que anteriormente defendia a possibilidade de apoio da União como parte do modelo de resolução.

A revisão ocorreu diante da dificuldade de aprovação no Congresso e de críticas sobre o uso de dinheiro público sem necessidade de aval legislativo. As resistências aumentaram após a repercussão negativa da liquidação do Banco Master.

Após reunião com o presidente da Câmara, Hugo Motta, Haddad afirmou que há ambiente político favorável para a tramitação da proposta. O ministro, no entanto, evitou cravar uma data para a aprovação, já que está saindo do cargo.

Apresentado em 2019, o projeto busca modernizar os mecanismos para lidar com crises no sistema financeiro e reduzir riscos de contaminação econômica mais ampla.

A lógica é priorizar soluções de mercado antes de qualquer intervenção estatal. Entre os instrumentos previstos estão: Regime de estabilização para intervenção preventiva do Banco Central;

Mecanismo de "bail-in", com absorção de prejuízos por investidores; Conversão de dívidas de instituições financeiras em ações;

Criação de fundo financiado pelo próprio sistema financeiro. Na última semana no cargo, Haddad reuniu-se nesta tarde com os presidentes do Senado e da Câmara. Segundo ele, os dois concordaram para que ele despedir-se do cargo e agradecer o apoio durante sua gestão e se despedir do cargo.

Segundo o ministro, o avanço da agenda econômica contou com parceria do Congresso ao longo do período. (Agência Brasil)



TIVO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(Antiga BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, Edifício FL Corporate, Sala 07, Itaim Bibi, São Paulo – (SP), Brasil, Cep 04538-132

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,
 Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. O Tivo Capital - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Tivo Capital ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
 A Tivo Capital é uma gestora de recursos independente, especializada em investimentos alternativos e estruturados. Com uma trajetória que remonta a 1999, quando foi fundada como BV Asset, e renomeada como Tivo Capital em 2023, acumulamos mais de duas décadas de experiência na

criação e estruturação de produtos de investimento inovadores no Brasil.
 Resultado de uma parceria estratégica entre o Bradesco e o Banco BV, a Tivo Capital se destaca por sua atuação nas áreas de Transição Energética, Imobiliário e Agricultura. Essas áreas são suportadas por pilares transversais de Crédito (High Grade e High Yield), Investment Solutions, Credit Solutions e Research, garantindo uma abordagem robusta e diversificada para atender às necessidades de nossos clientes.
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, possuía sob sua gestão R\$ 30,7 bilhões, distribuídos em 90 fundos, atendendo um total de 45.455 cotistas.

No exercício de 2025, a Tivo Capital registrou Prejuízo de R\$ 73,1 milhões, patrimônio líquido de R\$ 3,7 milhões e ativos totais de R\$ 13,4 milhões.
 A Tivo Capital mantém o mesmo modelo de gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. e em conformidade com o Regulamento de Serviços de Auditoria Independente do Banco Bradesco S.A. Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ mil	
Nota	Em 31 de dezembro de 2025
Ativo	
Disponibilidades	273
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.526
Títulos e valores mobiliários	2.526
Ativos financeiros ao custo amortizado	10.200
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.200
Reservas a receber	11.517
Provisão para perdas esperadas ao risco de crédito	(5.788)
Outros ativos	39.574
Impostos a compensar	13,4
Créditos tributários	13,4
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	62.564
Intangível, líquido de amortização	3.232
Total do ativo	7.397
	127
	133.911

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ mil	
Nota	Em 31 de dezembro de 2025
Passivo	
Passivos financeiros ao custo amortizado	8.089
Arrendamento	8.089
Outras provisões	109.840
Obrigações fiscais	2.205
Outros passivos	10.330
Total do passivo	130.154
	6
Patrimônio líquido	149.402
Capital social	(145.555)
Prejuízos acumulados	3.747
Total do patrimônio líquido	3.747
Total do passivo e patrimônio líquido	133.911

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ mil			
	Nota	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
Receitas da Intermediação financeira			
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez		1.042	3.054
Resultado de operações com títulos		76	2.180
Resultado bruto da intermediação financeira		1.118	5.234
Outras receitas/(despesas) operacionais		(28.606)	(28.606)
Receita de prestação de serviços	7	36	(83.309)
Despesa de pessoal	8	(49.646)	(84.937)
Despesas administrativas	8	(17.199)	(40.643)
Despesas tributárias	10	(2.895)	(10.552)
Resultado antes do provisório de provisão (Contribuição) / Reversão de provisão		(2.007)	(1.151)
Reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito		5.023	3.998
Receitas de operações operacionais	11	8.456	12.038
Outras despesas operacionais	12	(119)	(287)
Resultado operacional		(27.488)	(47.420)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(27.488)	(47.420)
Imposto de renda e contribuição social	13,4	(31.903)	(25.532)
Prejuízo de período		(59.391)	(73.052)
Prejuízo líquido por ação em R\$		(1,44)	(1,81)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ mil	
Eventos	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	133.082
Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23	(1.020)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	133.082
Aumento de capital	16.320
Prejuízo do período	(73.052)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	149.402
Saldos em 30 de junho de 2025	149.402
Prejuízo do período	(59.391)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	149.402

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ mil		
	Prejuízos acumulados	Totais
Capital Social	(73.653)	59.429
	(1.020)	1.020
Saldos em 01 de janeiro de 2025	(74.673)	60.449
Aumento de capital		16.320
Prejuízo do período	(73.052)	(73.052)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(145.555)	3.747
Saldos em 30 de junho de 2025	(145.555)	3.747
Prejuízo do período	(59.391)	(59.391)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(145.555)	3.747

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - R\$ mil			
	2º Semestre 2025	Exercício de 2025	
Prejuízo do período	(59.391)	(73.052)	
Resultado abrangente do período	(59.391)	(73.052)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 A Tivo Capital - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Tivo Capital ou Instituição), integrante do Conglomerado Bradesco, é uma empresa de capital fechado, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300 - Sala 7, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, que tem como objeto social principal intermediar, organizar e administrar carteiras e fundos de investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 As demonstrações financeiras resultantes da adoção das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), aderidas à Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.959/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.406/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen).
 A Administração declara que as demonstrações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente em 2025.
 As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.
 A Instituição optou pela isenção facultada pela Norma, não representando informações comparativas de períodos anteriores de decisões das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, foram registrados em contrapartida à conta de lucros e prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.
 As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a manutenção da classificação de ativos e passivos financeiros; e estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões de caixa, fiscais e trabalhistas; e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.
 As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - R\$ mil				
10. DESPESAS TRIBUTARIAS				
COFINS	2º Semestre 2025	Exercício de 2025		
PIS	(1.454)	(2.677)		
IRPJ	(276)	(435)		
IRPF	(1.522)	(2.322)		
Outras despesas tributárias	(918)	(918)		
Total	(2.895)	(5.552)		
11. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS				
Indenização por acordo concursal SPA - Receita	6.082	11.382		
Recuperação de encargos e despesas	222	865		
Atualização de tributos	87	1.020		
Atualização de depósitos em garantia	65	110		
Outras receitas	126	126		
Total	6.456	12.609		
12. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com demandas fiscais	2º Semestre 2025	Exercício de 2025		
Perdas Operacionais	(41)	(95)		
Variação cambial passiva	(35)	(36)		
Prejuízo na venda de bens e ativos	(119)	(287)		
Total	(119)	(287)		
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
a) Crédito tributário - Total de ativos fiscais reconhecidos				
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realizações/ de 2025	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Diferenças temporárias	41.570	4.438	(8.466)	37.542
Provisão para contingências	19.653	2.601	(6.656)	18.598
Provisão para remuneração variável e PLR	21.547	1.557	(4.810)	18.294
Outras provisões de CSLL	370	280	-	650
Prejuízo fiscal/Bases negativas	46.826	19.396	(41.000)	25.222
Total dos créditos tributários	88.196	23.824	(49.466)	62.564
Imposto de renda	45.852	12.844	(30.217)	28.479
Contribuição social	41.314	10.890	(18.249)	32.950
Outras provisões são representadas pelo crédito tributário oriundo de provisões operacionais e de liquidez.				
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Instituição realizou estudo técnico-tributário para avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. Com base nos prejuízos apurados e nas projeções de resultados futuros, concluiu-se que não há evidência suficiente de geração de lucro tributável que permita a compensação integral do estoque de créditos tributários registrados. Dessa forma, o Comitê de Auditoria e o Conselho da Administração deliberaram pela baixa de R\$ 41.000 referentes a créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.				
b) Crédito tributário - total não ativado				
Em decorrência da baixa mencionada no item anterior, em 31 de dezembro de 2025 a Tivo apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R\$ 102.600.				
c) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo fiscal e Base negativa				
			Em 31 de dezembro de 2025	
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e Base negativa	Prejuízo fiscal e Base negativa	
Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
2025	8.292	2.287	1.813	63
2026	2.483	2.237	-	-
2027	2.483	2.237	63	7.171
2028	479	288	1.451	957
2029	219	288	2.539	1.436
2030	-	-	2.930	5.023
2032	-	-	635	2.393
2033	-	-	-	3.031
2034	-	-	-	3.350
2035	6.329	4.077	-	1.756

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - R\$ mil					
	2º Semestre 2025	Exercício de 2025			
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Resultado antes dos tributos	(27.488)	(47.420)			
Ajustes ao resultado antes dos impostos (Reversões) de provisões associadas ao risco de crédito	5.023	3.998			
Depreciações e amortizações	2.080	4.200			
Apropração de juros de arrendamento	66	622			
Baixa de ativo imobilizado	58	58			
Despesas com provisões técnicas, trabalhistas e fiscais	(5.003)	(651)			
Indenização por acordo concursal	(8.082)	11.382			
Aumento/redução nas variações patrimoniais	23.445	34.148			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.458)	(729)			
- Títulos e valores mobiliários	(110)	(81)			
- Outros ativos	11.088	20.785			
- Passivos fiscais	(505)	(290)			
- Outros passivos	14.458	14.458			
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(5.899)	(22.045)			
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Pagamento de passivo por arrendamento	(1.530)	(3.677)			
Aquisição de imobilizado de uso	(568)	(613)			
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.498)	(4.290)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Aumento de capital social	-	16.320			
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	16.320			
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(8.187)	(10.015)			
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	18.650	20.488			
Caixa e equivalentes de caixa - fim do período	10.473	10.473			
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(8.187)	(10.015)			
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.					
16. BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO					
	1	31 a 181	181 a Acima de	Prazo	
Ativo	30 dias	30 dias	360 dias	Indeterminado	Total
Disponibilidades	273	-	-	-	273
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	2.526
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	2.526
Ativos financeiros ao custo amortizado	10.200	-	-	-	10.200
Aplicações interfinanceiras	10.200	-	-	-	10.200
Reservas a receber	5.720	-	5.797	-	11.517
Provisão para perdas esperadas ao risco de crédito	-	-	(5.788)	-	(5.788)
Outros ativos financeiros	819	-	1.031	36.740	39.059
Impostos a compensar	-	-	393	1.795	2.188
Créditos tributários	8.081	8.081	46.402	-	62.564
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	-	-	-	-	3.232
Intangível, líquido de amortização	-	-	-	-	7.397
Total em	17.012	1.031	37.142	78.726	133.911
Passivo					
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	2.395	5.694	-	8.089
Arrendamento	-	2.395	5.694	-	10.389
Outras provisões	2.504	67.126	11.382	-	39.910
Obrigações fiscais	2.205	-	-	-	2.205
Outros passivos	784	-	580	-	8.966
Total do passivo	5.493	67.126	23.954	6.274	103.304
Capital social	-	-	-	-	149.402
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	(145.655)
Total do patrimônio líquido	-	-	-	-	3.747
Total em	17.012	67.126	23.954	6.274	133.911

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
 As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes são:
 a) Atuação do resultado;
 b) Modelo funcional e de apresentação;
 c) Caixa e equivalentes de caixa;
 d) Aplicações interfinanceiras de liquidez;
 e) Títulos e valores mobiliários - TVM;
 f) Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos;
 g) Ativos e passivos contingentes - fiscais, civis e trabalhistas;
 h) Imobilizado de uso;
 i) Receitas de prestação de serviços;
 j) Eventos subsequentes.

4. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS
a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025
 Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
 Resolução BCB nº 352/23 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das aplicações de hedge, substancial entre outros normas e Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.
 Em 16 de novembro de 2025, foi promulgada a Lei nº 14.457, que estabelece novas regras para a contabilização das perdas de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações interfinanceiras (operações com títulos e valores mobiliários).
 Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL a razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2024. Esta lei teve o efeito de dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do período de 2025.
 As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

16. BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO
 O balanço patrimonial por prazo detalha o ativo e o passivo em função do prazo de vencimento das operações. O prazo é determinado em função do prazo de vencimento das operações. O prazo é determinado em função do prazo de vencimento das operações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
 Disponibilidades em moeda nacional 273
Total de disponibilidades (caixa) 273
 Aplicações interfinanceiras de liquidez 10.200



TIVIO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(Antiga BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, Edifício FL Corporate, Sala 07, Itaim Bibi, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04538-132

*continuação

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO DE 2025

Instauradas Era Membro do Conselho de Administração da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. conforme o Estatuto da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Companhia ou Instituição), o Comitê de Auditoria (Comitê), instituído nos termos da Resolução BCB nº 130, de 20 de agosto de 2021 e alteração posterior, e composto por 03 (três) membros eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia.

As investigações estatutárias do Comitê vigem desde dezembro de 2023 e foram inicialmente homologadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), conforme Ofício nº 534/2023-BCB/0001/STP (Processo 25681) de 11 de dezembro de 2023. A aprovação da eleição dos mandatos dos atuais membros, que vigorará até a primeira reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2026, foi objeto do Ofício 18.900/2024-BCB-Des/OTSP (Processo 29555), de 19 de julho de 2024.

Durante o período, o Comitê realizou 04 (quatro) reuniões ordinárias e uma divulgação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025, reunindo-se com as áreas de controles internos, riscos, auditoria interna, contabilidade, bem como com diretores e executivos de outras áreas da Companhia e com os auditores independentes.

Dentre as atividades realizadas durante as reuniões ocorridas, cabe destacar, de maneira não exaustiva, os temas que foram objeto de análise, discussão e recomendação, conforme competência do Comitê, além das contribuições realizadas pelos membros durante as discussões, a saber: (i) estudo técnico da capacidade de realização dos créditos tributários; (ii) atualização dos negócios (avaliação da performance dos fundos); (iii) apresentação das atividades de compliance e controles internos; (iv) apresentação dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 2025, incluindo o relatório de auditoria independente; (v) contingências fiscais, civis e trabalhistas; (vi) apresentação dos trabalhos de auditoria interna; e (vii) atualização da migração da administração fiduciária.

O Comitê se reuniu com os auditores independentes para discussão e deliberação acerca dos seus trabalhos, analisando a natureza, época e extensão dos principais procedimentos de auditoria, bem como os riscos identificados.

O Comitê analisou os resultados da avaliação formal da auditoria independente para apuração da qualidade, do escopo e do volume das informações

prestadas e não foram identificadas situações que pudessem prejudicar a independência dos auditores independentes.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes sobre as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidelidade de suas demonstrações financeiras.

Em conformidade com as normas de responsabilidade legal, conforme previsto no Regulamento Interno, realizou o exame e análise das demonstrações financeiras anuais, elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e normas e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG, que emitiu opinião não modificada (sem ressalvas), bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante as reuniões realizadas, os membros do Comitê julgam que as demonstrações financeiras do exercício de 2025 estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 13 de março de 2025.
Herculano Anel Alves
 Coordenador do Comitê de Auditoria
Jorge Andrade Costa
 Membro do Comitê de Auditoria
José Danilão Roza
 Membro Qualificado do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Ações e Administradores da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Tivio" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditores de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 382 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nota concorrente ou com outra forma de comunicação, aparentemente distante do tema relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a divulgar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração

de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, sem contar somente evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossas conclusões, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas dos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2025

A DIRETORIA

José Luiz Gonzaga - Contador - CRC nº 1SP-132371/O-5

O Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria da Companhia, emitido em conjunto com as Demonstrações Financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.jornalodiasp.com.br/leioes-publicidade-legal>. O referido relatório contém os documentos avaliados foram elaborados em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, nos aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira no período.

Câmara aprova novo percentual mínimo de cacau para chocolate e acaba com amargo e meio amargo

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (17) projeto de lei que define os percentuais mínimos de cacau na produção de chocolates e a obrigatoriedade de esses ingredientes estarem nos rótulos dos produtos.

A votação foi simbólica, quando não há contagem de votos. O projeto havia sido aprovado no Senado em abril do ano passado, mas, como o texto foi modificado, voltará à casa alta para nova votação.

A inclusão do projeto na pauta dessa semana atendeu, segundo o presidente da Câmara, deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB), um pedido de das bancadas de Bahia, Espírito Santo e Pará, todos estes

Federação de petroleiros atribui alta do diesel a aumentos abusivos

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) voltou a criticar, na quarta-feira (18), "distorções estruturais" que, na visão da entidade, explicam a alta recente do preço do óleo diesel nos postos de combustíveis do país.

Em um comunicado divulgado à imprensa, a entidade, que representa 14 sindicatos de trabalhadores da indústria de óleo e gás, apontou privatizações realizadas no governo passado e margens de lucro abusivas como principais motivos responsáveis pela escalada do preço.

No cenário em que o preço do petróleo dispara no mercado internacional por causa da guerra do Iraã, a diretora da FUP, Cibele Vieira, considera que o momento atual é consequência direta da falta de controle público sobre a cadeia de combustíveis e da dependência externa.

"A Petrobras pode equilibrar preços na refinaria, mas não controla o que acontece depois. Sem distribuição pública e com parte do diesel sendo importado, abre-se espaço para aumentos abusivos ao longo da cadeia", afirma a sindicalista em nota.

escalada dos preços. Na última quinta-feira (12), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a redução a zero das alíquotas dos dois tributos federais que incidem na comercialização: o PIS e o Cofins.

Além disso, anunciou a subvenção de R\$ 0,32 por litro aos produtores e importadores do óleo.

Na quarta-feira, o governo propôs aos estados que zeren a alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre o diesel importado.

As medidas são uma forma de suavizar os aumentos impulsionados pelo cenário internacional. O barril do óleo tipo Brent, referência internacional de preço, está sendo negociado a cerca de US\$ 108 (cerca de R\$ 564) nesta quarta-feira. Em um mês, o barril subiu cerca de 55%.

A pressão de alta chega ao mercado internacional pois o petróleo é uma commodity, ou seja, mercadoria negociada com base em preços internacionais. Além disso, o Brasil importa cerca de 30% do diesel que consome.

que precisa de ao menos 20% de manteiga de cacau.

O percentual de 25% passa a ser permitido em dois tipos de produto, um já conhecido do consumidor e outro criado pelo projeto. No tradicional chocolate ao leite, a regra é a mesma aprovada no Senado: um mínimo de 25% de sólidos de cacau e 14% de sólidos totais de leite ou derivados.

A novidade é a criação do chocolate doce, que precisa ter um mínimo de 25% de sólidos totais de cacau, dos

dos produtores de cacau.

Uma das principais modificações do projeto aprovado nesta terça-feira no fim da nomeinação dos chocolates amargo e meio amargo, que precisam ter no menos 35% de sólidos totais de cacau, segundo a proposta aprovada no Senado. Com esse percentual de cacau, o produto passa a ser chamado de chocolate -sem o acréscimo do amargo. Ele também não poderá ter mais do que 5% de gorduras vegetais.

A regra atual da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) prevê um mínimo de 25% de sólidos de cacau para todos os tipos de chocolate, exceto o branco, Estreito de Ormuz

Para o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, enquanto a Petrobras busca proteger o país das oscilações internacionais, empresas privadas "repassam imediatamente qualquer alta ao consumidor".

O dirigente sindical alerta para os efeitos em cadeia do aumento do diesel. "Quando o diesel sobe, não é só o combustível que encarece, mas também o transporte, os alimentos, a inflação. O aumento se espalha por toda a economia", aponta.

quais pelo menos 18% devem ser manteiga de cacau e pelo menos 15% devem ser isentos de gordura.

O relatório do deputado federal Daniel Almeida (PCdoB-BA) incorporou parte das sugestões feitas pelos produtores por meio da ANPC (Associação Nacional dos Produtores de Cacau). É o caso também da definição de que cascas, películas e resíduos não sejam computados como sólidos de cacau. Segundo a ANPC, o dispositivo cria uma blindagem técnica da receita

Preço na bomba

A FUP apontou dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão federal regulador da indústria de óleo e gás, que revelam reajuste de 12% no preço médio do litro de diesel S10 (menos poluente) entre a primeira e a segunda semanas de março (dados mais recentes da ANP).

Na semana terminada no dia 7, o litro custava R\$ 6,15, em média, valor que passou para R\$ 6,89 na semana seguinte.

A FUP reconhece os esforços do governo federal para frear a

privatização

A FUP critica a privatização de então subsidiária BR Distribuidora, no governo passado, com a justificativa de otimizar o portfólio e melhorar a alocação do ca-



Agricultores com perda de produção começam a receber o Garantia-Safra

Os chocolates.

A indústria não gostou das modificações. As associações da indústria de alimentos (Abia), da indústria de chocolates, amendoim e balas (Abicab) e das processadoras de cacau (Aipc) divulgaram nota técnica dizendo que as modificações destoam da regulação vigente estabelecida pela Anvisa.

As entidades também criticam a obrigatoriedade de informar nos rótulos os percentuais de cacau de cada produto. "O setor produtivo passou por um extenso processo de adaptação de embalagens, para apresentar ao consumidor mudanças na tabela nutricional", afirmam, em referência a mudanças determinadas em 2020.

Se o projeto for aprovado novamente no Senado e o texto da Câmara for mantido, as novas regras passarão a valer um ano depois da sanção pelo presidente Lula.

O governo federal divulgou, na quarta-feira (18), a portaria que autoriza o pagamento do benefício do programa Garantia-Safra, referente ao ano 2024-2025, para agricultores familiares do Amazonas e dos estados do Nordeste e do Norte de Minas Gerais.

Nesta primeira etapa, serão contemplados mais de 685 mil agricultores familiares, distribuídos em 934 municípios de 11 estados.

O benefício, de R\$ 1,2 mil, será pago em parcela única. O pagamento começa em março e ocorre na mesma data do calendário do Bolsa Família.

O Garantia-Safra é um programa de seguro destinado a pequenos agricultores com renda de

até 1,5 salário-mínimo, que cultivam feijão, milho ou mandioca em áreas de 0,6 a 5 hectares e com o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) ativo e atualizado.

O pagamento é feito aos agricultores com perda comprovada de pelo menos 40% a 50% da produção, em razão do fenômeno da estiagem ou do excesso hídrico e que aderiram ao programa.

O benefício pode ser solicitado via aplicativo CAIXA Tem, lotéricas ou agências da Caixa.

Os agricultores com alguma pendência ou imprecisões cadastrais têm até 30 dias para regularizar a situação e, posteriormente, receber o benefício. A consulta pode ser feita no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário e

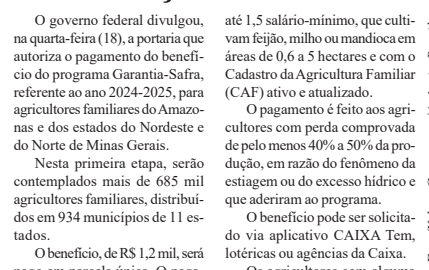


Foto: Paulo Pimenta/Abifor

Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Foto: Valter Campanato/Agência Brasil